

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2009 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou ao Executivo Municipal os documentos de Prestação de Contas 2009, a fim de serem aprovados (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- Seguidamente foi apresentada a Declaração de Voto da Bancada da Coligação “Montemor, Sempre”, sobre os Documentos de Prestação de Contas de 2009, que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- “Considerando que, o Presente Relatório demonstra de forma clara e inequívoca as actividades mais relevantes realizadas durante o ano de 2009 e, traduz de forma cabal e rigorosa todos os dados da prestação de Contas do exercício do ano em análise;-----  
Considerando que, foi elaborado tendo presente a linha condutora da gestão da Autarquia e, simultaneamente para, ser apreciado no Executivo e na Assembleia Municipal, bem como informar os munícipes das orientações e intenções políticas levadas à prática durante o ano em apreço; -----

----- Considerando que, as Opções tomadas materializaram, de forma realista, o conjunto de preocupações e premissas necessárias ao estímulo e consolidação dos investimentos motrizes do desenvolvimento do Município e do bem-estar dos munícipes, perante uma conjuntura de dificuldades económicas nacional e internacional e o atraso na implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o que na prática, o período do QREN (2007 / 2013) e da contratualização foi concentrado, para já, em 5 anos, em vez dos 7, o que dificultará a sua plena realização e a obtenção de financiamento para as contrapartidas nacionais e municipais apesar de, em 2010, se anunciar a revisão do modelo e das taxas de comparticipação nacional.-----

----- Considerando que, e apesar dessas condicionantes, o Presente Relatório e os Documentos de Prestação de Contas, traduzem uma matriz que assentou nos seguintes pressupostos: -----

----- • Uma visão integrada e integradora do processo de desenvolvimento do Concelho, assente num conjunto vasto de projectos e acções que tiveram em linha de conta a auscultação de todos os ‘actores políticos’, maioria e oposição, incluindo os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que puderam participar e antecipar as prioridades de uma acção

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

concertada entre esferas do Poder Local, num respeito mútuo e na valorização do Papel dos Autarcas; -----

----- • A introdução de princípios claros de modernidade, salvaguardando a nossa ruralidade, colocando-nos numa concorrência saudável com outros territórios e contextos histórico-sociais, aumentando a atractividade ao nosso município e posicionando-nos para patamares de desenvolvimento equiparados a municípios de maior monta, tornando-nos de facto um destino de excelência e apetecível para investir e viver; -----

----- • A abertura a novos eixos de desenvolvimento tais como a inovação, a criatividade e a sustentabilidade, bem como o envolvimento de novos parceiros para o município, públicos e privados, assumindo uma nova atitude de competitividade; -----

----- • Uma visão de incremento de um processo de modernização administrativa do município com o desenvolvimento de novas competências dos funcionários garantindo uma melhoria dos serviços prestados aos munícipes e, uma auto valorização pessoal daqueles que prestam serviço na autarquia, apostando desta forma no potencial humano existente; --

----- • Uma capacidade de liderança, como ficou exposto no mandato em que exercemos a Presidência da CIM Baixo Mondego, capaz de desafiar organismos regionais e nacionais, na aposta e lançamento de projectos municipais, inter-municipais e regionais indutores de maior investimento e na consolidação da coesão do território; -----

----- • Uma visão de presente e de futuro como horizonte, de aposta nas gerações vindouras já que, para além da consolidação orçamental, o município teve subjacente, ao processo de saneamento financeiro, os instrumentos que o próprio Tribunal de Contas determinou na aprovação do respectivo plano apresentado pela autarquia; -----

----- • Uma realização com arrojo e a coragem políticas perante os atrasos de um QREN 2007 a 2013, estruturante para o País, para a região e para o nosso município e que, durante todo o ano de 2009 não pagou um € da contratualização já aprovada e assinada; -----

----- • Finalmente, uma Gestão sufragada pela vontade inequívoca expressa nas urnas a 11 de Outubro e que, em plena liberdade e democracia, deu o veredicto e o seu aval á obra realizada. -----

----- Considerando que, em 2009, apesar das vicissitudes já enunciadas, atrasos no QREN, ano fortemente marcado por três actos eleitorais que, praticamente, deixaram o País “suspenso” vários meses, atingimos no Município de Montemor-o-Velho o valor recorde de 72,6 % de grau de realização da receita com um valor total de cerca de 30.000.000 € (dos quais cerca de 18.500.000, € de receitas de capital), isto é, em apenas 8 anos, de 2001 a 2009, e com esta liderança, num ambiente adverso provocado pela crise nacional e

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

internacional, o grau de realização da receita cresceu para cerca do dobro, de 34,9% para 72,6%; -----

----- Considerando que, e vale igualmente a pena reforçar que no comparativo do Mapa da Despesa, atingimos em 2009, dos cerca de 30.000.000, € realizados (72,6%), cerca de 15.500.000, € foram de Despesas de Capital (63,7%) cerca do triplo do grau de execução das despesas de capital realizadas em 2008, 5.963.526, € (22,8%). Em matéria de Despesas de Capital, o Município de Montemor-o-Velho só a partir de 2002, viu as suas taxas de realização orçamental subirem a fasquia dos 50%, valores que até aí nunca tínhamos conhecido (2000, 20,7%; 2001, 33,9%); -----

----- Considerando que, e passando em revista o Plano Plurianual de Investimentos de 2009 e, numa breve comparação com o exercício de 2008, podemos constatar que, em Vias de Comunicação e Transportes, a variação foi de 349,1% com um valor global de 5.943.430,00€, cerca de 49,3% do investimento global contra os 1.323.414,00 € em 2008; -----

----- Em matéria de Desporto, Cultura e Turismo, investimos 1.184.070,00, cerca de 9,8% do orçamento contra os 541.040,00 € em 2008, apresentando assim uma variação de 118,9%; ----

----- Na Industria e Energia, investimos 1.229.730,00 €, cerca de 10,2%, em 2009, contra os 197.377,00 € em 2008, o que representa uma variação de 523,0% em relação a 2008, o que demonstra, uma clara aposta no nosso tecido produtivo, verdadeiro motor de criação de riqueza e “antídoto” para uma crise generalizada aliás, na senda, das políticas que o próprio governo lançou no País; -----

----- No Saneamento, Água e Meio Ambiente, investimos 1.849.493,00 €, cerca de 10,2% do PPI para 2009, representando uma variação de 523% comparativamente com o ano de 2008, em que o investimento se cifrou nos 512.480,00 €; -----

----- Na Educação, Acção Social e Saúde, o investimento foi cerca de 1.230.839,00 €, que representou cerca de 15,3% do PPI para 2009, o que representou uma variação de 260,9% relativamente ao ano de 2008, em que o investimento se ficou pelos 662.362,00 €; -----

----- No Ordenamento do Território e Habitação, bem como na Administração Geral e Protecção Civil, regista-se um ligeiro decréscimo mas, fortemente compensado pelas opções já evidenciadas e, dirigidas para sectores nevrálgicos para o desenvolvimento do concelho bem como para a estratégia de, face aos indicadores nacionais de forte abrandamento do investimento privado, acompanhar as políticas publicas do fomento do investimento publico dinamizador e potenciador de um quadro promotor no médio prazo do investimento privado; -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

----- Considerando que, vale a pena reforçar, de acordo com os dados disponíveis e publicados nos documentos de prestação de contas que, os valores do investimento realizado, no quadro temporal de 2002 a 2009, por este Executivo, traduzem bem a marca de uma gestão empreendedora, capaz, rigorosa e ambiciosa, traduzida em mais de 56.000.000, € que demonstram bem o salto quantitativo e qualitativo que o nosso Concelho sofreu; -----

----- Considerando ainda que, com uma forte componente do investimento a ser dominada pelas vias de comunicação e transportes, fruto da dispersão e dimensão territorial bem como da extensa rede rodoviária, o Executivo não descurou uma parte muito significativa do investimento nas áreas sociais, da cultura e do turismo, bem como no fomento do empreendedorismo, atractividade e competitividades concelhias, bem visíveis nas obras lançadas durante o ano de 2009 tais como o Centro Escolar de Montemor-o-Velho, o Centro de Alto Rendimento, a par das obras de requalificação e regeneração urbana na Carapinheira, dos Campos de Futebol Sintéticos ou, no fortíssimo investimento no Saneamento, Água e Meio Ambiente entre muitos outros exemplos que poderíamos citar, permitindo-nos mesmo afirmar que, “por nós falam realmente as nossas obras”; -----

----- Considerando que o investimento não se confinou, apenas, a esta realidade das obras físicas, visíveis, há muito requeridas pelas nossas populações e por todo o concelho nas mais diversas áreas. O apoio ao nosso tecido associativo concelhio que se traduziu em cerca de 748.690,00 €, os apoios à educação desde as Bolsas de Estudo aos Auxílios Económicos, passando pelos apoios aos Agrupamentos e outras entidades, somam cerca de 92.300,00 € reflectindo, igualmente, uma aposta nas gerações vindouras e na criação de condições para que os nossos jovens continuem a privilegiar a formação e a educação e, a manterem a sua ligação ao nosso concelho; -----

----- Igualmente relevante o investimento realizado para a dinamização e salvaguarda da operacionalidade dos nossos Bombeiros Voluntários, nomeadamente com uma transferência de 81.900,00 €; bem como nos Serviços Sociais da autarquia, com os nossos trabalhadores, com cerca de 59.952,00 € a par das transferências para a CIM Baixo Mondego no valor de 154.016,00 € e que somam mais de 295.868,00 €; -----

----- Considerando que, mantivemos a aposta nas nossas Juntas de Freguesia, nomeadamente numa verdadeira e efectiva descentralização de competências e respectiva locação de meios financeiros que se traduziu em 2009 em cerca de 716.950,00 €, o que significa, cerca de 38,7% das transferências financeiras e, demonstra bem a

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

importância e relevância que o Executivo assumiu e praticou para com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; -----

----- Em suma, o presente relatório de actividades e os respectivos documentos de prestação de contas, demonstram uma capacidade política, de realização de obra, ambição e visão estratégica que deram ao Concelho de Montemor-o-Velho um rumo. Um rumo que consubstancia mais de 56.000.000,00 em 8 anos, de obras por todo o município e que, se juntarmos a obra lançada em 2009 e em curso, atingirá mais de cerca de 80.000.000,00 € no final deste mandato. -----

----- Um investimento muito avultado e importante para um Município que até 2001, se via confinado a graus de realização da receita e da despesa inferiores a 50% do orçamentado e, mesmo beneficiando de conjunturas políticas favoráveis e sem a adversidade da crise internacional ou nacional, não foi capaz de se afirmar no contexto regional. -----

----- Todos reconhecemos, hoje, Montemor-o-Velho como um concelho moderno, mais desenvolvido, com maior atractividade e competitividade entre os seus pares e, claramente lançado na senda da modernidade. Projectos como o Nanus Parque, o MorEnergie ou a parceria com outros municípios e Universidades, as Industrias da Cultura, tornam o nosso Município um concelho de referência e um parceiro reconhecido e respeitado. -----

----- A tal se deve, um Projecto Politico, uma Liderança forte, a par da ambição e do respeito por uma população que, na hora da verdade, sabe ser justa, sabe o que quer. -----

----- Pelo exposto, os eleitos da Bancada «Montemor, Sempre» votam favoravelmente os documentos/relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2009. -----

----- (A Bancada Montemor, Sempre)” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão, que apresentou a Declaração de voto, relativamente aos Documentos de Prestação de Contas de 2009, a qual consta como documento anexo à presente acta sob o número três: -----

----- “O Relatório e Contas de 2009, demais documentação e explicações complementares que o integram, tendo sido elaboradas de acordo com as normas e regulamentações técnicas, não se nos afigura portador de quaisquer erros ou inexactidões. -

----- Porém, não nos podemos pronunciar acerca de eventuais omissões por que se encontrem influenciados os dados do presente documento, tal como nos foi apresentado. --

----- Da análise ao Relatório e Contas de 2009 importa, desde já, salientar a continuidade do declínio das finanças municipais, não apenas em termos do seu normal desempenho económico, como também cumulativamente no domínio financeiro. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

----- Assiste-se, após mais um exercício passado, à persistente geração de prejuízos, atingindo um montante de 1.139.870,21€, que apenas difere do ano anterior em cerca de 60.000,00€. No entanto, não esqueçamos que este diferencial é meramente ilusório, porquanto, os prejuízos se vão acumulando e com valores substancialmente relevantes, cuja inversão, com a actual estratégia será com certeza bastante difícil de implementar.-----

----- Salienta-se uma deterioração dos Resultados Operacionais em cerca de 689.000,00€, sendo estes o principal indicador da sustentabilidade económica de uma organização e demonstrador dos desequilíbrios funcionais existentes, de certo, em toda a linha organizacional, nos quais se subentendem profundas ineficiências e ineficácias quer ao nível das actividades, processos e procedimentos dos serviços, como ao nível da adequabilidade entre os recursos disponíveis, os meios utilizados e os resultados alcançados. Refira-se que a componente de Custos com o Pessoal, contribui, com um acréscimo de despesas em cerca de 30%.-----

----- Este prejuízo só não foi mais elevado dado que os custos financeiros associados aos passivos correntes e de longo prazo recuaram, temporariamente, enquanto as taxas de juro de referência no mercado interbancário se mantiverem em níveis residuais, para um montante global próximo dos 924.000,00 €. É expectante, que esta tipologia de encargos tenha um agravamento bastante significativo, à medida que as taxas de juro de referência comecem o seu movimento ascendente, e já no curto prazo. Ora a acontecer este cenário, e na continuidade da mesma estratégia, processos e procedimentos, é de esperar que os exercícios seguintes sejam também eles “contemplados” com prejuízos e com montantes cariz mais significativos.-----

----- Financeiramente, o que se mostra pertinente evidenciar passa pela redução dos Capitais Próprios em idêntico montante ao Resultado Líquido negativo apurado, e por um aumento genérico do passivo total em 2.943.844,83€.-----

----- A reestruturação do passivo municipal apenas teve impacto, como é natural, na sua estrutura, permitindo um ligeiro, e por curto espaço de tempo, desafogo na velocidade de exigibilidade dessas dívidas. Ao nível de medidas concretas de combate à despesa gerada pelo ciclo de exploração, ao desperdício, à detecção e actuação no campo da eficácia, eficiência e economicidade das operações, nada foi feito, ou tendo-o sido, os resultados foram desastrosos.-----

----- Poder-se-á afirmar que os níveis de execução orçamental são brilhantes...de facto, é dos poucos pontos abonatórios do presente documento. No entanto não esqueçamos, que estas taxas contrapõem o previsto em Orçamento com o realizado. Ora, em termos de

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

orçamentação pública, quer as despesas como as receitas e investimentos obedecem, nesta data, a critérios e regras bastantes rígidos na sua relação. Por conseguinte, não seria admissível que a execução anual não seguisse os mesmos critérios. -----

----- Finalmente, ao analisarmos os poucos indicadores fornecidos de desempenho técnico-financeiro, constata-se em toda a linha, a paupérrima posição da CM e a incapacidade de se implementarem soluções que invertam o estado deplorável actual. Atentemos nos indicadores de liquidez (inferiores à unidade), no FMLp negativo (Fundo de Maneio Líquido patrimonial), e em todas as Rendibilidades Negativas (que avaliam a relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos). Em suma, nada nem qualquer processo ou procedimento cria valor. -----

----- Importante para a actual discussão das finanças municipais, seria a maioria no executivo facultar, como critério de transparência, um Balanço Funcional comparativo. Por certo, nunca o irá fazer, porque tem consciência que as desconformidades e disfunções que evidenciava, deitando por terra, de imediato, o seu discurso recorrente, de controlo das operações e da sua capacidade de execução. -----

----- Mais recomendamos, uma nova leitura da posição assumida pelos Vereadores do Partido Socialista sobre as Grandes Opções do Plano de 2009, a sua pertinência e a confirmação de tudo o que eles aí bem denunciavam, antes mesmo de conhecerem o resultado final plasmado neste Relatório e Contas de 2009! -----

----- Recomendações: -----

----- 1. Apesar de carácter não obrigatório, recomenda-se a execução e apresentação do Balanço Funcional; -----

----- 2. A realização de uma Auditoria de Gestão, com o objectivo de se identificarem exaustivamente as actividades, processos e procedimentos inefficientes e ineficazes que conduzem ao desperdício e à não criação de valor, promovendo uma reorganização processual, funcional e metódica, que fomente a sustentabilidade a longo prazo. -----

----- Por todas as razões, por opção de consciência e coerência política com as nossas posições, já publicamente assumidas, somos de votar desfavoravelmente o presente Relatório e Contas de 2009, sem deixar contudo, deixar de reclamar a atenção da maioria PSD/PP, para uma tomada de consciência séria e definitiva da actual situação das finanças municipais da CM de Montemor-o-Velho, pois, em face do volume de investimento anunciado, ainda que com elevada comparticipação financeira do QREN ou de entidades terceiras, a participação privada do Município, obriga a uma tomada de atitude imediata, que não seja o recurso ao normal expediente do aumento do endividamento camarário,

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

puro e simples, e/ou ao aumento do esforço requerido aos Municípes do concelho, pelo lado das receitas municipais derivadas de taxas, penalidades e preços de serviços públicos, ou ainda, com a não realização de obra básica essencial e de primeira necessidade no concelho.-----

----- Montemor-o-Velho, 22 de Março de 2010 -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista" -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista Emílio Torrão e Paula Rama, aprovar os referidos documentos de prestação de contas, relativo ao exercício financeiro do ano 2009. -----

----- Mais deliberou por maioria submeter os mesmos à apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----**

#### **----- 1 – SEGUNDAS AVALIAÇÕES DE PRÉDIOS URBANOS -----**

##### **----- (CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – CIMI) ---**

----- O Presidente da Câmara informou que, na sequência da deliberação do dia 15 de Março do corrente, foi de novo presente o processo em epígrafe, para que se proceda à designação de pelo menos um vogal pela Câmara Municipal para integrar a Comissão, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 76.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. ---

----- Assim, propunha a nomeação do Eng.º Hélio Dias e do Eng.º Hélder Araújo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear o Eng.º Hélio Dias e o Eng.º Hélder Araújo, como vogais na Comissão de Avaliação para segundas avaliações, de acordo com a nova redacção do n.º 2, do art.º 76.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), devendo ser comunicado ao Serviço de Finanças de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----**

#### **----- 1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS --**

##### **----- MUNICIPAIS-----**

----- Foi de novo presente o Projecto de Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais para que o executivo municipal o analisasse.-----

----- Para o efeito, esteve presente o Dr. Pedro Mota e Costa que procedeu à apresentação detalhada do documento em causa. -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter este assunto para a próxima reunião de 29 de Março, para votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### **----- 2 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- “Considerando que a regulamentação municipal sobre a publicidade se encontra desactualizada e encarando o fenómeno publicitário como um facto que se começa a enraizar na vida social, cultural e económica da população do Município de Montemor-o-Velho, revelando-se como meio de divulgação de bens e serviços, que se não for orientado de forma adequada constitui uma possibilidade forte, de adulteração de panorâmicas urbanísticas, com total desrespeito pelo ambiente das envolventes locais, pelo património cultural e histórico da região, constituindo, também, a base de risco para a segurança das pessoas e bens, em especial, para a segurança rodoviária.-----

----- A experiência, entretanto adquirida, justificou o início de um procedimento de elaboração de um novo regulamento que se pretende que simplifique o processo de licenciamento e dote a entidade licenciadora de uma maior margem de apreciação.-----

----- Estes foram, entre outros aspectos, causa suficiente para que se tenha procedido à suspensão do Regulamento Municipal existente e à elaboração de um novo regulamento. --

----- A presente proposta de regulamento foi elaborada ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e em conformidade com o artigo 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugada com as disposições da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, e de acordo com as regras gerais de publicidade aplicáveis, constantes do Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 275/98, de 9 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 51/2001, de 15 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 332/2001, de 24 de Dezembro, Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 224/2004, de 4 de Dezembro, e ainda de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e n.º 64 alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda em conformidade com as normas contidas no Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 166/99, de 13 de Maio.”-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista analisaram a proposta de Regulamento de Publicidade, e apraz-lhes registar que as alterações introduzidas vêm no sentido de uma melhor adequação à qualidade

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

ambiental, que a publicidade, muitas vezes provoca e que é um factor que muita vez não é devidamente valorizado pela entidade licenciadora. -----

----- Felizmente a Câmara de Montemor está preocupada com a qualidade ambiental e que a publicidade respeite a qualidade ambiental e as alterações introduzidas vêm nesse sentido. -----

----- Em relação ao artigo 4.º (definições), gostaria de ser esclarecido se efectivamente existe uma definição rigorosa e precisa das zonas de especial sensibilidade, na medida em que pode dar alguma discricionariedade à decisão e os municípios também têm o direito de ter alguma expectativa em relação a definições pré-conhecidas antes do licenciamento. -----

----- Deverá haver o tanto quanto possível uma delimitação precisa deste critério discricionário de zonas de especial sensibilidade, nomeadamente não poderá ficar ao "gosto" ou à "sensibilidade" mais apurada ou menos apurada do decisor. -----

----- Mais disse que este regulamento, com as alterações que vem propor vai criar uma situação de adequação de toda a publicidade que está já licenciada. Por isso mesmo terá que haver um regime transitório mais bem esclarecido, com prazos definidos, porque com a entrada em vigor deste novo regulamento, iriam exigir aos novos utentes do licenciamento, um determinado rigor que as licenças que foram renovadas depois não terão.-----

----- Assim, nesse especial e particular ponto, o artigo 18º deve conter alguma informação adicional, com prazos precisos, para que os municípios já com publicidade licenciada adequem num espaço de tempo a determinar pelo executivo, a publicidade existente, findo o prazo em causa, a licença caducará. -----

----- Deviam ter em atenção o artigo 50º, uma vez que este tem como referencia o artigo 18º. Assim sendo deviam encontrar uma formulação mais correcta para o artigo 50º, uma vez que este lhe parece algo vago e que não é gerador de pacificação. Esta é uma questão melindrosa, porque podiam ter o caso de alguém que pediu agora o licenciamento, ao abrigo deste novo regulamento, estar ao lado de outro já licenciado, onde foram feitas todas as exigências e isso é discriminatório e atentatório do princípio da igualdade. -----

----- Deveriam por isso criar um mecanismo de adequabilidade dos antigos licenciamentos a este novo regulamento. -----

----- Mais disse ainda que estava disponível, bem como a Vereadora Paula Rama, para ali encontrarem uma solução para a redacção do artigo 50º e a referência no artigo 18º, que ali reclamam.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter este assunto para a próxima reunião de 29 de Março, para votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### **-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

#### **----- 1 – COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO TEATRO 2010 -----**

#### **----- – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E PROGRAMAÇÃO -----**

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de que, na sequência do trabalho que esta Autarquia tem levado a cabo com os grupos de teatro de Montemor-o-Velho, apresentava ao executivo municipal o programa de comemoração do Dia Mundial do Teatro, com especial enfoque à temática da máscara no teatro e a ter lugar no Celeiro dos Duques de Aveiro da Vila de Pereira, equipamento municipal no qual a ‘arte de talma’ detém um lugar muito especial: -----

----- 27 de Março – Abertura da Exposição de Máscaras de Delphim Miranda e João Maria André; -----

----- 27 de Março – Assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Imprensa da Universidade de Coimbra tendo em vista a publicação da dramaturgia do Espectáculo Peregrinações (no âmbito de Fernão Mendes Pinto, 500 Anos), autoria de João Maria André; -----

----- 28 de Março – Workshop de Máscaras por Delphim Miranda.-----

----- Assim, tendo em conta a programação apresentada contam com as seguintes parcerias:-----

----- . O Teatrão -----

----- . Junta de Freguesia de Pereira -----

----- . Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira -----

----- . Grupos de Teatro de Montemor-o-Velho -----

----- Tendo em conta a programação apresentada, propunha o seguinte orçamento:-----

----- Workshop (Honorários a Delphim Miranda) ----- 300 €

----- Workshop (materiais) ----- 200 €

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a programação e orçamento para a Comemoração do Dia Mundial do Teatro 2010, de acordo com o atrás exposto -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### **-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----**

#### **----- 1 – STI – SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS -----**

#### **----- – SERVIÇOS DE FINANÇAS DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2010 de Março 22***

----- A Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, na sequência da deliberação desta Câmara Municipal realizada no passado dia 1 de Março último, e através de informações recolhidas numa reunião tida com o Sr. Urbano Murta Mendes, Chefe do Serviço de Finanças deste concelho e com o Sr. Dr. Jaime Mariquinhas Devesa, Director de Finanças do Distrito de Coimbra acerca do hipotético encerramento do Serviço de Finanças de Montemor-o-Velho, deu conhecimento do seguinte:-----

----- 1. a 10/03/2010 foi enviado o ofício n.º 3922 a Sua Excelência, o Ministro das Finanças e da Administração Pública;-----

----- 2. na mesma data e de igual teor, foi remetido o ofício n.º 3923 ao Sr. Director de Finanças de Coimbra que, de acordo com informação do mesmo na reunião, foi superiormente encaminhado para a DGCI;-----

----- 3. não está previsto o encerramento de qualquer Serviço de Finanças no distrito de Coimbra e, a existir, só se justificaria nos Serviços de menor dimensão e com menor volume de serviço;-----

----- 4. o Serviço de Finanças de Montemor-o-Velho é uma repartição de Finanças de nível 1, estando-lhe afectos 12 técnicos e 4 lugares de chefia, a que acrescem 2 lugares de estagiários em fase de provimento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

### **ENCERRAMENTO**

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte.-----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup>